

tribuna da CIDADE

POR PADRE JONAS



Líder do PDT na Câmara Legislativa

Mensalidade escolar

A necessidade de evoluir é uma obrigação do homem e é uma função atávica dos estados democráticos. “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família”..., assim preconiza a nossa Constituição, como também reza, num de seus objetivos fundamentais, “a erradicação da pobreza, da marginalização e a tentativa de reduzir as dificuldades regionais”. Pois bem. Partindo destas linhas mestras nos encontramos diante de um problema crônico que se arrasta há longos anos sem se chegar a um denominador comum, pelo qual possamos avançar em matéria de ensino. Muitos tentaram e nada conseguiram, mas não devemos enfraquecer pelo objetivo que ainda não foi alcançado. A educação vem sendo demonstrada em estatística como o grande “calcanhar de Aquiles” neste País, relegada a um segundo plano, recheada de normas e diretrizes que se encontram apenas na teoria, quando sabemos que ou ocupamos o assento no “trem” do avanço tecnológico, que já deu sua partida, ou estaremos fadados a ficar acorrentados ainda mais nos grilhões do subdesenvolvimento.

São estarrecedores e preocupantes os índices apresentados com relação ao analfabetismo neste País e muito mais desanimador o ínfimo número de pessoas que conseguem vencer a barreira do vestibular por vários fatores, e desse pequeno número, poucos agüentam chegar até a reta final, por não suportarem arcar com o arrocho das mensalidades que lhes são impostas. É necessário que o Governo volte a investir mais no estudante brasileiro — sob pena de termos um País com deserto de homens —

proporcionando àqueles desprovidos de recursos maior abertura ao crédito educativo, de maneira a resgatar a grande maioria para concluir seus cursos, como também voltar seus mecanismos fiscalizadores para uma atuação mais ativa nas instituições de ensino privado, no sentido de fazer apresentarem um plano de aumento das mensalidades proporcionalmente com os salários dos estudantes.

Estamos assistindo ao “êxodo” dos estudantes que não possuem condições financeiras para manterem seus cursos, que com muita luta e suor chegaram ao limite de seus esforços, não intelectual, mas sim, financeiro, como também evadem-se do nosso País os poucos formados, por uma opção de vida melhor. Somos conhecedores dos problemas que enfrentam as instituições de ensino privado mas, também, sabedores somos que elas fazem parte do contexto da formação do nosso povo e, em assim sendo, devem participar da situação de forma atenuante e não agravando mais a condição financeira daqueles que buscam uma formação especializada, pois os lucros dessas instituições estão na razão do número de alunos, como também estará sua tradição voltada para os cursos que ministra e a forma pela qual aqueles (estudantes) chegarão a concluí-los.

Diante deste panorama, espera-se que o Ministério da Educação não se olvide dessa grande soma de jovens que estão abandonando seus cursos por falta de condições financeiras, e que venha aplicar uma política condizente e adequada para que saíamos todos nós beneficiados, estudantes, instituições privadas e principalmente o povo, retirando essa preocupação primordial encarada pelas instituições de ver no homem apenas o seu poder aquisitivo, quando deveria estar voltada para sua capacidade de desenvolvimento. Conclamo, diante do exposto, todos os segmentos da sociedade, ao nível de Brasília e Brasil, para serrarmos fileiras em busca da salvação do estudante e da educação deste País, esperando que o excelentíssimo senhor Presidente da República aumente as verbas para o crédito educativo, o mais rápido, e que acredite no estudante que deseja ser assistido, pois o assunto merece ser tratado como de “soberania nacional”.